



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 13 (*treze*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 33ª (*trigésima terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Maria de Lourdes Albuquerque de Andrade, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1576/2016 – Auto de Infração: 1/201605818. Recorrente: REGINA AGROINDUSTRIAL S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **improcedente** a acusação fiscal, tendo em vista que ficou comprovado nos autos, que houve a emissão das notas fiscais que acobertam as operações em questão. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, contrária ao Parecer emitido pela Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/955/2018 – Auto de Infração: 1/201720805. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Relatora: CONSELHEIRA ANNELINE MAGALHÃES TORRES. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, e por maioria de votos, dar-lhe parcial provimento para modificar, em parte, a decisão singular e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade para o art. 123, I, "d" da Lei nº 12.670/1996 e da redução da base de cálculo, de acordo com os dos cálculos apresentados, em sessão pela Conselheira Relatora, no valor de R\$ 170.667,71 (cento e setenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos). Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, contrária ao Parecer da Célula de Assessoria Processual Tributária, no que se refere à base de cálculo e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Henrique José Leal Jereissati em seu voto, conjugou o art. 123, I, "c" do Lei nº 12.670/96 com a Súmula nº 6 do Conat. Vencido o

Conselheiro Leilson Oliveira Cunha, que se pronunciou pela parcial procedência, acatando a redução da base de cálculo, mas aplicando a penalidade do art. 123, I, “c” da Lei nº 12.670/96. **Processo de Recurso nº 1/4785/2017 – Auto de Infração: 1/201710405. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: TALY'S COMERCIAL LTDA. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, pois a infração encontra-se claramente descrita no auto de infração e informação complementar, tendo a parte, inclusive, apresentado defesa quanto ao mérito da acusação, demonstrando que não houve prejuízo a defesa da parte, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/4786/2017 – Auto de Infração: 1/201710400. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: TALY'S COMERCIAL LTDA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, pois a infração encontra-se claramente descrita no auto de infração e informação complementar, tendo a parte, inclusive, apresentado defesa quanto ao mérito da acusação, demonstrando que não houve prejuízo a defesa da parte, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 07 de dezembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA